

MANIFESTAÇÕES CONCRETAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA DE SANTA MARIA -RS

CONCRETE MANIFESTATIONS OF THE SOLIDARY ECONOMY: THE CASE OF THE ESPERANÇA/COOESPERANÇA PROJECT

Rita Inês Paetzhold Pauli¹

Kalinca Léia Becker²

Bibiana Rosa³

RESUMO

A economia solidária brasileira busca reduzir alguns efeitos contraditórios provocados pelo modelo de produção hegemônico capitalista. Este artigo objetiva identificar as percepções dos associados a uma iniciativa de economia solidária com 30 anos de existência: o Projeto Esperança/ Cooesperança, de Santa Maria/RS. Trata-se de um estudo de caso com informações quali-quantitativas e descritivas com o intuito de compreender as percepções dos produtores dos empreendimentos solidários associados ao Projeto Esperança/Cooesperança, à luz de pressupostos teóricos como os meios de vida. As variáveis analisadas são: renda, capacidade de produção e venda, satisfação, qualidade de vida e otimismo. Os resultados indicaram que, de modo geral, além de representar uma alternativa de trabalho e renda, a participação no Projeto contribui para gerar otimismo e satisfação oriundos do trabalho social organizado, manifestado pelos grupos. Apenas 11% são indiferentes ou insatisfeitos com sua condição atual, o que pode estar relacionado a dificuldades ocupacionais ou de renda.

Palavras-chave: Economia Solidária. Trabalho. Renda. Projeto Esperança/ Cooesperança.

ABSTRACT

The Brazilian solidarity economy seeks to reduce some of the contradictory effects provoked by the capitalist hegemonic production model. This article aims to identify the perceptions of those associated to a solidarity economy initiative with 30 years of existence: the Esperança/Cooesperança Project, Santa Maria/RS. This is a case study with qualitative and descriptive information in order to understand the perceptions of the producers of the solidarity projects associated with the Esperança/Cooesperança Project, in the light of theoretical assumptions such as livelihoods. The variables analyzed are: income, production and sales capacity, satisfaction, quality of life and optimism. The results indicated that in general, besides representing a work and income alternative, participation in the Project contributes to generate optimism and satisfaction from organized social work, manifested by the groups. Only 11% are indifferent or dissatisfied with their current condition, which may be related to occupational or income difficulties.

Keywords: Solidarity Economy. Labour. Income. Esperança/Cooesperança Project.

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária pode ser entendida como uma maneira de produzir, ligada ao consumo e à distribuição de riqueza, que tem como foco central a valorização do ser humano e não do capital. Essa concepção surgiu como uma reação ao contexto social gerado pós Revolução Industrial, quando foram necessárias novas formas de organização do trabalho

¹ Professora Associada e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria-RS.

² Professora Assistente e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria-RS.

³ Bacharel em Ciências Econômica pela Universidade Federal de Santa Maria-RS.

para enfrentar o desemprego, a concentração de renda, a acumulação de capital e a exclusão social.

Neste contexto, consolidaram-se várias experiências coletivas de trabalho, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias ou redes de cooperação, entre outras. A organização da produção por meio da economia solidária tem base associativista e cooperativista, e se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento, e pela igualdade entre seus membros.

No Brasil, as primeiras cooperativas de economia solidária datam do início da década de 1980, surgindo como reação ao desemprego estrutural que se agravou ainda mais na década de 1990, com a abertura do mercado interno às importações. Durante esse processo, o setor de serviços mostrou-se incapaz de absorver os trabalhadores desempregados, ocasionando assim a miséria, a marginalidade e a violência.

A economia solidária é uma alternativa de organização social coletiva da produção para geração de trabalho e renda como uma resposta à exclusão social característica da organização da produção capitalista. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, é compreendida como o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.

A economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica a reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. É vista como forma tanto de geração de renda, quanto de outra maneira de estabelecer relações entre pessoas e destas com seu ambiente, no atendimento às suas necessidades em todas as esferas: econômica, social, ambiental e psicológica (SINGER, 1998). A proposta da economia solidária no Brasil é importante devido ao seu potencial na redução de inequidades sociais, tendo incorporado, em um período mais recente, outros objetivos como a questão ambiental. Porém, por se desenvolver dentro de um modo de produção hegemônico capitalista, mostra-se incapaz de acabar com as todas as contradições inerentes a esse modelo.

Uma grande parte da história da Economia Solidária no Brasil pode ser encontrada em Santa Maria – RS. No começo da década de 1980, Dom José Ivo Lorscheiter, Bispo Diocesano da região, iniciou um trabalho de apoio a grupos de agricultores e trabalhadores urbanos, buscando alternativas econômicas e comunitárias em um período de crise da economia brasileira, com elevados níveis de desemprego. Seguindo por esse caminho, a Cáritas do Rio Grande do Sul começou a desenvolver Projetos Alternativos Comunitários (PACs), os quais procuravam apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas, através da solidariedade. Os PACs, coordenados pela Cáritas Brasileira, pela Cáritas do Rio Grande do Sul e pelas Dioceses que aderiram a este Programa, com o apoio de um grupo de professores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da EMATER, deram início, em 15 de agosto de 1987, em Santa Maria – RS, ao Projeto Esperança e, logo a seguir, à Cooesperança, em 29 de setembro de 1989.

Visando dinamizar essa proposta, Dom José Ivo Lorscheiter, com base na teoria do livro “A Pobreza, Riqueza dos Povos”, do autor africano Albert Tévoédjéré (2002), deu grande ênfase “À Transformação pela Solidariedade”, projeto que valorizava as pequenas coisas e que tem como fundamento a solidariedade. Esse projeto buscava a construção de “Um Outro Mundo Possível”, afirmando e provando na prática que é possível “Reinventar a

Economia” e construir oportunidades de trabalho para todos os que acreditam no desenvolvimento participativo, solidário, sustentável e territorial. Sua meta não era atuar como empresa, microempresa ou como uma cooperativa tradicional. Visava encontrar uma metodologia que fosse interativa e participativa, autogestionada e transformadora, através da qual pudesse ser integrado o campo e a cidade.

Tendo em vista essa realidade, este artigo busca descrever aspectos gerais do Projeto Esperança Cooesperança e mostrar o momento atual no concernente às manifestações econômicas e sociais ocorridas nas condições de vida das pessoas/famílias do meio rural e urbano, vinculadas formalmente a esse Projeto.

Especificamente, intenta-se identificar as implicações do Projeto nos meios de vida das famílias participantes no que se refere a aspectos vinculados a renda, capacidade de produção e venda direta no Terminal de Comercialização, número de participantes e dependentes por grupo, grau de satisfação em relação ao Projeto, melhoria da qualidade de vida e otimismo em relação ao futuro.

Trata-se de um estudo de caso com informações quali-quantitativas e descritivas obtidas através da aplicação de questionários e entrevistas com os produtores dos empreendimentos solidários associados ao Projeto, que comercializam seus produtos no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, todos os sábados, em uma feira administrada de forma integrada pelos próprios produtores, com o objetivo de se aproximar dos consumidores e trocar experiências com todos os envolvidos direta ou indiretamente com o Projeto.

2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS GERAIS E O CASO BRASILEIRO

2.1 Reconstituição histórica e surgimento da economia solidária

O conceito de economia solidária existe há quase dois séculos, tendo surgido em uma época de intensas lutas sociais e acentuado declínio econômico. Suas raízes e as primeiras experiências de modelos de gestão diferenciados e democráticos se encontram no seio da Revolução Industrial, no pensamento cooperativista que se inspira em diferentes correntes do socialismo, os chamados utópicos, como Robert Owen, Charles Fourier, Saint Simon e outros. Muitos deles ajudaram a organizar empresas com princípios opostos aos do capitalismo (ARRUDA, 2003, p.232).

No século XX, na Europa, na América e em outros continentes, nasceram novas formas e experiências que propõem a centralidade no trabalho e na autogestão. A emergência da economia solidária se deu como uma reação dos trabalhadores às próprias contradições do capitalismo, ao desemprego, à exploração e à exclusão social.

O início do capitalismo industrial foi marcado por extrema exploração da classe trabalhadora, que dedicava longas horas à atividade produtiva, recebia baixíssimos salários e vivia sob condições precárias. Segundo Singer (2002), o nascimento da economia solidária se deu em reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Essa nova forma de se organizar a produção trouxe a expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, transformando-se no proletariado moderno. Na exploração desmedida vivida no ambiente fabril estavam incluídas crianças, mulheres e homens que eram submetidos a jornadas de trabalho cansativas, em condições degradantes, sem a devida remuneração. Nesse contexto de exploração, miséria e, obviamente, desrespeito à condição humana, começaram a surgir vozes de protesto por melhores condições de trabalho e proteção legal dos trabalhadores por parte do Estado.

Robert Owen foi uma das vozes que se insurgiu contra a situação vigente; tendo sido um rico industrial inglês que enxergou a possibilidade de adotar outros métodos de trabalho

que não fossem tão nocivos e não explorassem tanto os trabalhadores que operavam a sua fábrica. Nesse sentido, ele pôs em prática um pacote de medidas que limitava o número de horas trabalhadas pelos adultos e proibia o trabalho de crianças nas suas indústrias. Em vez de trabalho para as crianças, ele construiu escolas. Embora essas medidas refletissem mais gastos com a folha de pagamento, o tratamento diferenciado e generoso, para a época, resultou em maior produtividade do trabalho, e, conseqüentemente, tornou suas empresas mais lucrativas. Assim, segundo a descrição de Singer (2002), Owen lançou as sementes do cooperativismo moderno no mundo e escreveu um dos primeiros capítulos da história da economia solidária.

A crise gerada pelas mudanças estruturais que fragilizavam o modelo tradicional abriu espaço para o surgimento e avanço de novas formas de organização do trabalho. No que diz respeito à definição do conceito da economia solidária, esta perpassa acepções variadas, mas, de acordo com Paul Singer, todas giram em torno da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo (SINGER, 2003, p.57).

São vários os autores que possuem forte influência no desenvolvimento de teorias críticas ao capitalismo e propositivas de mudança, como é o caso da teoria da economia solidária. Entre eles, Karl Marx e Paul Singer, que viam as cooperativas formadas por trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal como uma primeira ruptura com a velha forma capitalista (VIEIRA, 2005, p. 22).

Marx interessava-se pelo fenômeno cooperativista na medida em que esse fenômeno representava a emergência de elementos de uma nova estrutura social em gestação, apoiando-se neste sentido coerentemente na sua interpretação teórica do capitalismo como modo de produção em processo histórico de desenvolvimento na direção da sua superação. Por isso analisou principalmente as fábricas-cooperativas e as cooperativas de consumo.

O que Marx parece ter considerado a característica mais relevante das fábricas-cooperativas foi o fato de que elas demonstraram, pela primeira vez, que os próprios trabalhadores podiam assumir o controle da produção, e isto não com base nas formas de produção em pequena escala e tecnicamente ultrapassadas, mas nos padrões mais avançados de escala e técnica (GERMER, 2006, p. 5).

Porém, como são um elemento de uma totalidade, as fábricas-cooperativas não podem ser analisadas isoladamente. As mudanças de gestão que se manifestam nelas refletiriam mudanças no modo de produção. Neste sentido, Marx coloca as cooperativas em pé de igualdade com as sociedades anônimas como formas sintomáticas de uma nova realidade emergindo no interior do capitalismo. O que as identifica é que em ambas a gestão da produção se separa da propriedade privada dos meios de produção: as fábricas-cooperativas e as sociedades anônimas são administradas por gerentes indicados por proprietários coletivos e não individuais. Isto significa que a expropriação da classe capitalista, traço essencial do socialismo, inicia-se de modo espontâneo no interior do capitalismo, ao invés de representar uma aberração que ameaça a continuidade normal da produção, convertendo-se, ao contrário, como condição para esta (GERMER, 2006, p.6-7)⁴. Portanto, a caracterização da economia

⁴ Na verdade, existem leituras a partir de Marx que tratam destas indicações, sobretudo quanto à mudança de propriedade, com a introdução das ações (títulos de propriedade) e a difusão do capital acionista. Sendo a Sociedade Anônima é um exemplo clássico dessa realidade. Da mesma forma, quando se trata da ideia de “abolição” da propriedade, deve-se ter o cuidado de pensar esse termo de maneira dialética. Assim, o sentido de “abolição” deve ser pensado também como “preservação”, necessitando discernir entre a aparência e a essência do que está sendo apresentado pelo autor (levando em consideração que o livro III de “O capital” refere-se à concretização das categorias desenvolvidas nos Livros I e II). Há que se referir a isso, uma vez que sem considerar o raciocínio dialético subjacente, poderia ser interpretado que tal realidade redundaria em uma mudança de modo de produção, quando se refere simplesmente a alterações na forma e não na essência; noutros termos, de acordo com o pensamento marxista, trata-se de mais uma das manifestações de superação negativa do capitalismo.

solidária como modo de produção alternativo ao capitalismo é o principal aspecto a ser considerado na crítica de Germer aos pressupostos de Singer.

Conforme indicado por Marx, nas “fábricas-cooperativas dos trabalhadores” demonstra-se que os homens produtores diretos podem assumir o controle da produção, indicando a “superação positiva” da propriedade privada, submetendo ao “controle consciente e planejado” a produção da riqueza e, portanto, dos próprios homens, do ser social, ainda que incluso no mundo do capital em degeneração.

A abordagem de Singer sobre a economia solidária teve como fio condutor sua preocupação em reconceituar o socialismo e reavaliar suas perspectivas e possibilidades (SINGER, 1998). O que leva um maior destaque aos seus estudos é o modo de produção cooperativo. Esse modo de produção foi desenvolvido pelo movimento operário socialista e deu origem às cooperativas de consumo e de produção, também referidas pelo autor como implantes coletivistas, ou seja, construídos nos interstícios da formação social capitalista. Por outro lado, as cooperativas são, para o autor, o exemplo mais controverso de implante socialista. Isso porque, ao mesmo tempo em que não são capazes de se constituírem como forças produtivas, também possuem a capacidade de desalienar produtores e consumidores através da educação cooperativa.

Segundo Singer (1998), com o forte avanço do modo de produção capitalista, a classe operária, no período de 1780 a 1880, reagiu em três níveis distintos: em sua luta contra o industrialismo, na luta pela democracia e, finalmente, em seu desenvolvimento de formas próprias de organização social, potencialmente anticapitalistas, como os sindicatos e as cooperativas. Ainda que, segundo Singer, tal processo não tenha como resultado imediato uma revolução social socialista, como é o caso da cooperativa, ainda assim é possível desenvolver formas socialistas de distribuição e de produção, não sendo, para tanto, necessário isolar-se da economia dominante capitalista. Sendo assim, são as próprias contradições do capitalismo que criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. A economia solidária se configura como uma dessas organizações que, segundo Singer, possui um caráter essencialmente anticapitalista.

Conforme Singer, a economia solidária pode ser uma alternativa superior ao capitalismo, não prioritariamente em termos societários mas globais, por sua importância na criação de novos valores no interior dos empreendimentos. Apesar de Singer considerar que a economia solidária é um modo de produção – e distinto do capitalismo –, o autor retoma os velhos critérios de eficiência capitalista. Segundo Singer (2002, p. 121): “para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista”.

2.2 O desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil

A economia solidária surgiu no Brasil em resposta à crise de 1980, como reação a um contexto de desemprego estrutural, de acentuação da concentração de renda e de acumulação do capital, conseqüentemente atenuação das desigualdades sociais, a reestruturação produtiva do capital, a crise do Movimento Sindical e ainda na década de 1990, agravada com a abertura do mercado interno às importações (SINGER e SOUZA, 2003, p.25). Neste processo, foram formadas cooperativas pelos trabalhadores destas indústrias que, na época, obtiveram grande apoio dos sindicatos.

Desde então, as iniciativas de economia solidária vêm se ampliando consideravelmente no Brasil, especialmente após a realização do primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do

Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003, o que vem atraindo a atenção de pesquisadores de várias áreas de conhecimento. Desde meados da década de 1990, incubadoras universitárias de empreendimentos solidários têm surgido no Brasil como forma de promover a produção de conhecimento, bem como os meios de acessá-lo, junto à população mais excluída, fomentando a economia solidária como forma tanto de geração de renda, quanto de outra maneira de estabelecer relações entre pessoas e destas com seu ambiente, no atendimento às suas necessidades em todas as esferas: econômica, social, ambiental e psicológica (SINGER, 2003).

A maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos Grupos Informais (33%), das Organizações Cooperativas (11%), além de outras formas de organização (2%). Esta distribuição é diferenciada de acordo com as regiões. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, predomina o perfil nacional, diferentemente das regiões Sul e Sudeste, onde há uma menor participação das associações e maior participação dos grupos informais. Os três principais motivos para a criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são: alternativa ao desemprego (45%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%). Dois outros motivos têm destaque: possibilidade da gestão coletiva da atividade (31%) e condição para acesso ao crédito (29%). Essa situação modifica-se de acordo com as várias regiões. O motivo “alternativa ao desemprego” é o mais citado nas regiões Sudeste (58%) e na região Nordeste (47%). Por sua vez, na região Sul o motivo mais citado é a possibilidade de “obter maiores ganhos” (48%) e ter “fonte complementar de renda” (45%). Nas regiões Norte e Centro-Oeste, o principal motivo citado é o “complemento de renda” (46% e 53% respectivamente) (MTE – Atlas da Economia Solidária no Brasil, Parte II, 2005, p. 26).

Referente à área de atuação, metade (50%) dos EES atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Na região Sul, não há grandes disparidades, mas a maior concentração está na área urbana, com 40%, seguido da atuação na área rural (37%), e 23% têm atuação na área rural e urbana. As atividades desenvolvidas pelos EES resultam numa extensa variedade e numa expressiva quantidade de produtos e serviços. Sua distribuição geográfica pelos municípios e regiões é bastante diversa, sendo que algumas atividades têm maior concentração territorial e outras, mais dispersas. Para facilitar a análise, os EES foram agrupados por tipo de atividades. Os produtos mais citados pelos EES são aqueles relativos às atividades da agropecuária, extrativismo e pesca (42%), alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%) (MTE – Atlas da Economia Solidária no Brasil, Parte III, 2005, p. 35).

No Brasil, a economia solidária só conseguiu se expandir a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais, com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e criadas novas organizações de abrangência nacional.

A economia solidária também vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária tem aumentado, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização etc. Fruto do intercâmbio dessas iniciativas, existe hoje um movimento de articulação dos gestores públicos para promover

troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária (PORTAL MTE, 2015).

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E POBREZA: UM RELANCE

A constante preocupação com o desenvolvimento local aparece fortemente vinculada a uma série de questões/aspectos não resolvidos pelos mercados e pela tradição das políticas desenvolvimentistas (incapacidade de generalizar bem-estar, necessidade de conectar os locais a processos/espacos dinâmicos, de potencializar a produção e de otimizar a comercialização). Uma definição para o desenvolvimento local seria o “processo que mobiliza pessoas e instituições, buscando a transformação da economia e da sociedade locais”, criando, desta forma, novas oportunidades de trabalho e de rendimento, superando, assim, dificuldades no favorecimento da melhoria das condições de vida da população local (JESUS, apud CATTANI, 2003, p.72). Neste sentido, trata-se de um esforço localizado e concentrado. No âmbito local, consegue-se verificar os esforços articulados entre quem lidera, instituições, empresas e habitantes, com vistas à melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Pode-se afirmar que a economia solidária tem potencial de fomentar o desenvolvimento local, pois valoriza a diversidade e preocupa-se com a relação do ser humano com o meio ambiente do qual é parte, oferecendo alternativas para uma construção social de desenvolvimento econômico, para a desmistificação das técnicas, para a democratização da ciência e da tecnologia e para o pleno exercício da cidadania. A verdade é que a economia solidária tornou-se um importante instrumento de combate à exclusão social e à pobreza, pois permite a incrementação do emprego e rendimento para muitos e variados trabalhadores. Além disso, contesta o modelo capitalista, propondo a construção de relações econômicas mais justas, solidárias e sustentáveis; fomentando, desta forma, o desenvolvimento local justo e solidário, não livre de contradições.

O desenvolvimento sustentável pode ser entendido como a capacidade de utilizar os recursos e os bens da natureza sem comprometer a disponibilidade desses elementos para as gerações futuras, ou seja, trata-se de um desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Isso significa adotar um padrão de consumo e de aproveitamento das matérias-primas extraídas da natureza de modo a não afetar o futuro da humanidade, aliando desenvolvimento econômico com responsabilidade ambiental. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem. Sabe-se que há recursos naturais não passíveis de renovação, tais como o petróleo e os minérios, tornando-se necessária a adoção de medidas intuindo à conservação desses recursos, não apenas para que estes continuem disponíveis futuramente, mas sobretudo, evitando os impactos ambientais gerados pela exploração predatória.

Existem algumas medidas que podem ser adotadas tanto pelos governos quanto pela sociedade civil em geral para a construção de um mundo pautado na sustentabilidade. Podem ser citadas, como exemplo: a redução ou eliminação do desmatamento; o reflorestamento de áreas naturais devastadas; a preservação das áreas de proteção ambiental, como reservas e unidades de conservação de matas ciliares; a fiscalização, por parte do governo e da

população, de atos de degradação ao meio ambiente; a adoção da política dos 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar) ou dos 5Rs (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar); a contenção na produção de lixo e seu direcionamento correto para a diminuição de seus impactos; a diminuição da incidência de queimadas; a diminuição da emissão de poluentes na atmosfera, tanto pelas chaminés das indústrias quanto pelos escapamentos de veículos e outros; opção por fontes limpas de produção de energia que não gerem impactos ambientais em larga e média escala; a adoção de formas de conscientizar o meio político e social das medidas acima apresentadas. Essas medidas são, portanto, formas viáveis e práticas de se construir uma sociedade sustentável, que não comprometa o meio natural tanto na atualidade quanto para o futuro, a médio e longo prazo.

A pobreza é um fenômeno multidimensional, que atende por diversos nomes: insuficiência de renda; acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia; baixa escolaridade, insegurança alimentar; formas precárias de inserção no mundo do trabalho. Pode ser considerada como um forte indicador da exclusão, em que a renda é frequentemente usada como referência. Mas a insuficiência de renda não é o único indicador relevante de privações. Fatores sociais, geográficos e biológicos multiplicam ou reduzem o impacto exercido pelos rendimentos sobre cada indivíduo. Entre os mais desfavorecidos, faltam instrução, acesso à terra e insumos para produção, saúde, moradia, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades (SENAES, p.16).

A pobreza, enquanto privação de bem-estar, demanda a articulação de indicadores monetários e não monetários. O aumento das capacidades e oportunidades pressupõe uma abordagem multidimensional, que envolve ações de transferência de renda, melhoria geral do bem-estar social e acesso a oportunidades de ocupação e renda. Por isso, o objetivo é garantir renda, acesso à saúde, alimentação adequada, água, educação, qualificação profissional e crédito; garantir, enfim, o acesso a condições dignas de vida, de modo a retirar a população extremamente pobre dessa condição e romper o círculo vicioso da exclusão social (SENAES, p.16-17)

Segundo Amartya Sen (2000), a pobreza é definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como privação ou baixa renda. Sen desenvolve a Abordagem das Capacitações, tendo como o fundamento básico avaliar o bem-estar das pessoas de acordo com a liberdade que as mesmas têm em relação ao exercício de escolha, baseando-se em princípios de justiça.

Além do atendimento às necessidades imediatas, é necessário promover a ampliação das capacidades das pessoas por meio das ações de transferência de renda, da melhoria do acesso e da qualidade dos serviços públicos, bem como pelas oportunidades de inclusão no mundo do trabalho, seja no emprego assalariado ou por meio do autoemprego individual ou coletivo, o que requer o acesso aos ativos necessários à promoção de iniciativas de ocupação e renda: conhecimentos, crédito, infraestrutura produtiva etc. (SILVA e SCHIOCHET, 2013, p. 70).

As pessoas extremamente pobres são vítimas da fome, conforme o mais recente relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014), ao anunciar que, no mundo, há aproximadamente 805 milhões de pessoas que sofrem de subnutrição. Tal situação está sendo agravada em âmbito global, com o aumento do número de pessoas desempregadas e em situação de trabalho precário, conforme o relatório sobre o emprego mundial divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2014): os desempregados, no mundo, em 2014, somam mais de 200 milhões, e “mais da metade dos trabalhadores do mundo em desenvolvimento, cerca de 1,5 bilhão de pessoas, se encontram em situação laboral vulnerável”. A superação da pobreza extrema requer uma abordagem multidimensional em políticas intersetoriais.

De acordo com o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), o governo, nas últimas duas décadas, conseguiu reduzir pela metade a incidência da pobreza rural, mas a pobreza extrema continua sendo uma preocupação nas áreas rurais. Cerca de 5% da população urbana é classificada como extremamente pobre, em comparação com 25% da população rural. Cerca de 40% das famílias rurais pobres são compostas de pequenos agricultores, que contam com as lavouras para sua subsistência, e 46% são trabalhadores sem-terra desempregados.

A erradicação da pobreza por meio da economia solidária é um processo que se autoalimenta à medida que a comunidade deixa de ser pobre e resignada e se torna consciente de seu potencial; o que só se torna realidade se todos os membros juntarem seus empenhos e criatividade em um esforço contínuo e cada vez mais profícuo. Alguns estudos apontam resultados no sentido de que a ampliação da capacitação dos indivíduos e das famílias rurais pode ser realizada através da diversificação das formas de organização econômica e produtiva; o que significa afirmar que quanto mais diversificada é uma unidade produtiva ou uma família, maiores são as chances e oportunidades de estabelecer estratégias de combate às distintas formas de vulnerabilidade como clima, pragas, doenças e preços. A diversificação pode ser entendida como estratégia tanto para a reação a uma situação de crise, necessidade ou precariedade, quanto para a adaptação ou a escolha (SCHNEIDER, 2010, p.89).

A diversificação dos meios de vida pode oferecer uma contribuição decisiva ao desenvolvimento rural em vários níveis. As pesquisas de Ellis (2000) o levaram a destacar cinco níveis: o primeiro diz respeito à distribuição de renda, uma vez que existe uma correlação positiva entre a superação da pobreza por parte das famílias rurais e a diversificação de suas fontes suas fontes de rendimento; o segundo ao aumento da produtividade rural, em que a diversificação no interior das unidades de produção pode ocorrer por meio do ingresso de rendas não agrícolas, que melhoram a capacidade de custeio das atividades agrícolas; o terceiro nível se dá por intermédio do meio ambiente, em face da redução da necessidade de os agricultores pobres superexplorarem o solo agrícola por meio de práticas extrativistas, para garantir sua sobrevivência; o quarto perpassa relações de gênero, pois a melhoria da distribuição da renda entre membros da família pode alterar as relações de dominação; o quinto ocorre por meio de uma maior segurança em relação aos efeitos macroeconômicos relacionados ao acesso ao mercado e à variação constante de preços. Nesse contexto, a abordagem da diversificação dos meios de vida pode representar um auxílio na compreensão da vulnerabilidade de agricultores ou de famílias rurais (ELLIS 2000, apud SCHNEIDER, 2010, p. 94-95).

As relações que se estabelecem entre a superação da pobreza obtida via a diversificação das estratégias de meio de vida possibilitam pensar em novas formas de organização para a geração de emprego e renda. Ellis e Biggs (2001) sintetizam que, para combater a pobreza nos países em desenvolvimento, deveriam se estabelecer políticas de desenvolvimento rural que incentivassem empreendimentos que não necessariamente estivessem confinados ao setor rural, e que incentivassem, no âmbito doméstico, a promover meios de vida os mais diversificados e da forma mais difundida e duradoura possível.

No ano de 2011, a política pública de economia solidária foi incorporada ao Plano Brasil sem Miséria, no âmbito das estratégias de inclusão produtiva. Além do emprego assalariado e das iniciativas de trabalho por conta própria, incluindo microempreendimentos individuais ou familiares, o trabalho associado é a opção oferecida pela economia solidária para promover as capacidades e criar oportunidades para que as pessoas em situação de pobreza possam obter renda por meio do trabalho decente. Além disso, na promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, as iniciativas de economia solidária vêm apontando soluções estruturantes para a dinamização de cadeias produtivas e de arranjos

econômicos setoriais, com o adensamento e a verticalização da produção em redes de cooperação.

As ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foram orientadas para contribuir com o esforço nacional para a erradicação da pobreza extrema, recorrendo a iniciativas econômicas solidárias de ocupação e renda. Para tanto, seria necessário ampliar os investimentos e dar escala às ações que viessem a contribuir com a capacidade de auto-organização e autogestão de grupos populacionais e comunidades caracterizadas por vulnerabilidades sociais, fortalecendo e expandindo a economia solidária. As formas de atuação da economia solidária, que além da sobrevivência promovem ênfase na questão ambiental, inserem esse movimento em um escopo analítico mais amplo, em que um grupo social vulnerável do ponto de vista econômico imprime vontades diferentes daquelas pertencentes ao movimento hegemônico de determinação do capital.

4. O PROJETO ESPERANÇA COOESPERANÇA: FUNDAMENTO TEÓRICO E DINÂMICA OPERACIONAL

O surgimento do Projeto Esperança Cooesperança e sua trajetória de Economia Solidária teve como ponto de partida o estudo do Livro: “A Pobreza, Riqueza dos povos” do autor Africano Albert Tévoédjrè. Idealizado por Dom José Ivo Lorscheiter, Bispo Diocesano de Santa Maria, com base no estudo do livro de Tévoédjrè, o Projeto enfatizou que se empreendesse “A transformação pela solidariedade”, que valoriza as pequenas coisas e tem como fundamento a solidariedade. Também foram fundamentais para a sua criação, a participação de um grupo de professores da UFSM, da EMATER, e principalmente de representantes das Congregações Religiosas da Diocese de Santa Maria. Apesar de se constituir em uma iniciativa *botton up*, a consolidação desse projeto está intimamente vinculada à atuação de lideranças em seu apoio e à interlocução na busca constante de recursos financeiros e locais de comercialização para os produtos oriundos da produção dos empreendimentos solidários.

Em seu livro, Tévoédjrè explora aspectos relacionados a um projeto de sociedade realmente humana, com a visão de uma sociedade alternativa, na qual o espírito de solidariedade e o espírito de iniciativa são capazes de fazer florescer conjuntamente a comunidade e permitir a união dos pobres em função de um enriquecimento coletivo. O autor também enfatiza o potencial de mudança social que a população pobre pode ter, a partir de práticas de ajuda mútua, viabilizadoras de uma reformulação das relações econômicas lastreadas na solidariedade, enfatizando, já naquela oportunidade, a busca pelo equilíbrio ambiental via produção ecologicamente sustentável (TÉVOÉDJRÈ, 2002).

O Projeto Esperança, que completa 30 anos de existência, foi criado em 15 de agosto de 1987, agregando-se a ele o Cooesperança em 29 de setembro de 1989, com o objetivo de viabilizar a comercialização direta daquilo que era produzido pelos empreendimentos solidários no campo e na cidade. A história do projeto está relacionada à inclusão social de um grupo de pessoas que está fora do processo produtivo e inclui vários setores, dentre eles pode-se destacar: o social, o econômico, o ecológico e ambiental, o político, o democrático, o cultural e o autogestionário.

A missão do Projeto consiste em: promover, incentivar, desencadear e construir o desenvolvimento urbano, rural e regional sustentável, com base nos princípios da mística cristã, solidariedade, cooperativismo alternativo, autogestão, organização; lutar pela distribuição justa da terra e dos frutos da terra; economia solidária; defesa do meio ambiente, agroecologia, fortalecimento de alternativas à cultura do fumo, colocando a vida em primeiro lugar, com igual participação entre homens e mulheres; fortalecer a agricultura familiar, a comercialização direta, o consumo justo mediante processos educativos, participativos e

transformadores; o trabalho de parcerias e políticas, com incentivo à melhoria da qualidade de vida; geração de trabalho e renda, na construção de uma sociedade socialmente mais justa, economicamente viável, ambientalmente sadia, organizadamente cooperativa, politicamente democrática e animando e fortalecendo a cultura da solidariedade, e a valorização do trabalho acima do capital, formando novos sujeitos para o pleno exercício da cidadania.

O Projeto busca construir o associativismo, o trabalho, a solidariedade, a cidadania, um novo modelo de cooperativismo autogestionário, a economia solidária, a inclusão (através de alternativas concretas de radicalização da democracia e do desenvolvimento humano, solidário e sustentável) e a “reinvenção da economia”, considerando-se o trabalho mais importante que o capital. Sua proposta consiste em organizar as pessoas, no meio urbano e rural, através de Associações, Cooperativas Autogestionárias, Economia Solidária, Agricultura Familiar, Catadores, Artesãos, Quilombolas, Indígenas, Agricultores Familiares com produção Ecológica e Comércio Justo, Consumo Ético e Solidário, criando alternativas de trabalho e renda. Atualmente o projeto conta com 250 grupos de empreendimentos solidários, beneficiando aproximadamente 5 mil famílias.

A Figura 1 traz a marca do Projeto, que tem como grito de guerra um sábio provérbio africano: “muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas mudarão a face da terra” (PROJETO ESPERANÇA COOESPERANÇA, 2012).

Figura 1 - Marca do Projeto Esperança/Coesperança



Fonte: Site do Projeto Esperança/Coesperança

Um dos eixos de destaque do Projeto consiste na agricultura familiar agroecológica, que trabalha, junto aos agricultores familiares associados, formas alternativas de produção, enfatizando técnicas de plantio e manejo sustentáveis. Produzir produtos orgânicos e de boa qualidade é um dos principais objetivos deste eixo da cooperativa, tendo os grupos associados como responsáveis por todo o processo de produção, e contando sempre com o auxílio do projeto, que atua na parte da formação agroecológica, em parceria com outras entidades.

É necessário também articular formas de levar os produtos até o consumidor e garantir a permanência dos grupos de produtores do Projeto no mercado, uma vez que estão sujeitos à concorrência com os produtos das empresas organizadas no processo tradicional de produção capitalista.

Neste contexto, as feiras de economia solidária são uma boa alternativa tanto para os produtores de agricultura familiar como também para os consumidores que podem ter acesso

aos produtos de boa qualidade e procedência. Essas feiras proporcionam a interação direta entre produtor e comprador, permitindo uma melhor elucidação de como o produto se desenvolveu ao longo de todo o plantio, quais foram as formas de cultivo, qual foi o tempo de maturação, entre outras questões relacionadas à forma de manejo e técnicas de produção. Dessa maneira, o conhecimento de seus produtos é levado o mais próximo possível do seu público, fortalecendo as redes de cooperação e incentivo à autogestão e à geração de renda. Em consequência disso, também é possível conhecer quais são as preferências dos consumidores, para que os produtores possam, dessa forma, ajustar-se às novas demandas, minimizando, assim, os desperdícios, visto que os empreendimentos rurais estão sujeitos à dependência dos recursos naturais, à sazonalidade do mercado e das safras, à perecibilidade dos produtos, ao ciclo biológico de vegetais e animais, ao tempo de maturação dos produtos, entre outros.

Além dos hortifrutigranjeiros ecológicos, nessas feiras também são comercializados produtos dos empreendimentos solidários associados ao Projeto como: produtos coloniais, caseiros, confecção, serigrafia, artesanato local, indígena e em material reciclado. Os pontos de venda são administrados de forma integrada pelos próprios empreendimentos solidários organizados e associados.

Dentre os espaços fixos de comercialização direta dos grupos, nos municípios da região, o maior e mais importante neste eixo do Projeto é o Terminal de Comercialização Direta, conhecido também como Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, onde 52 grupos de produtores, que utilizam mão de obra própria ou familiar nas suas atividades econômicas, comercializam e trocam de experiências todos os sábados, no Feirão Colonial. Estes grupos constituem a população de análise desta pesquisa.

4.1 Composição dos grupos, vendas e produção

As informações apresentadas a seguir foram coletadas diretamente junto aos grupos de produtores por meio de um questionário. Do total dos 52 grupos, foram aplicados 45 questionários. Os grupos que compõem a amostra comercializam produtos oriundos da agricultura familiar, produtos alimentícios e artesanato, dentre eles, o artesanato da cultura local e indígena.

A Tabela 1 mostra que a maior parte dos grupos associados ao Projeto Esperança, que comercializam seus produtos no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, possui de 1 a 5 integrantes ligados diretamente à atividade de produção, representando um percentual de 53,3% sobre o total de grupos.

Tabela 1 – Composição dos grupos de produção

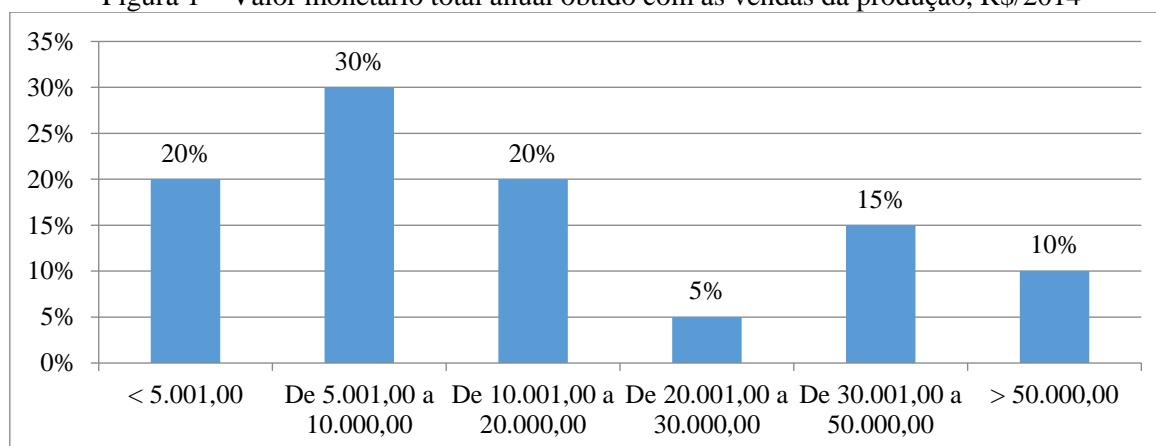
	Integrantes	%	Integrantes + dependentes	%
1 a 5	24	53,3%	7	15,6%
6 a 10	16	35,6%	21	46,7%
11 a 15	2	4,4%	11	24,4%
16 a 20	2	4,4%	2	4,4%
> 20	1	2,2%	4	8,9%
Total	45	100%	45	100,0%

Fonte: dados coletados através de questionários aplicados em 2015

Ao consideramos também os dependentes, os filhos ou as pessoas que residem no domicílio dos produtores, 46,7% da amostra tem entre 6 e 10 pessoas. Vale destacar também que 4 grupos têm mais de 20 dependentes; isso significa que o projeto alcança uma grande quantidade de pessoas e famílias direta ou indiretamente envolvidas.

A Figura 2 mostra o valor monetário total (R\$) obtido com as vendas da produção no ano de 2014, e observamos que 50% dos grupos obtiveram uma renda superior a R\$ 10.000,00.

Figura 1 – Valor monetário total anual obtido com as vendas da produção, R\$/2014



Fonte: dados coletados através de questionários aplicados em 2015

Na Tabela 2, observa-se que 11 grupos, 24% do total da amostra, comercializam mais de 60% do total da produção semanal no Terminal, e 15 grupos, 33%, destinam menos de 20% da produção para esta finalidade. Portanto, a maior parte da produção é ou comercializada por outros canais de venda, ou estocada ou consumida pela própria família.

Tabela 2 - Capacidade da produção vendida no terminal

	Grupos	%
<21%	15	33%
de 21% a 40%	9	20%
de 41% a 60%	10	22%
de 61% a 80%	6	13%
>81%	5	11%
Total	45	100%

Fonte: dados coletados através de questionários aplicados em 2015

Na Tabela 3 é possível observar quais são os outros canais de venda, destacando-se a opção que se refere a outras feiras e eventos, com um percentual de 42%. Com isso pode-se perceber que 76% dos grupos possuem outros canais de venda, não dependendo somente da feira no Terminal de Comercialização do Projeto Esperança, que ocorre uma vez na semana. Os 24% dos grupos restantes vendem exclusivamente no Terminal de Comercialização.

Tabela 3 – Outros canais de vendas da produção dos grupos

	Grupos	%
Não	11	24%
Sim, supermercados, bares e mercearias	10	22%
Sim, direto nos domicílios	2	4%
Sim, em outras feiras e eventos	19	42%
Sim, direto na propriedade	3	7%
Total	45	100%

Fonte: dados coletados através de questionários aplicados em 2015

4.2 A importância do Projeto Esperança – COOESPERANÇA: a percepção dos grupos

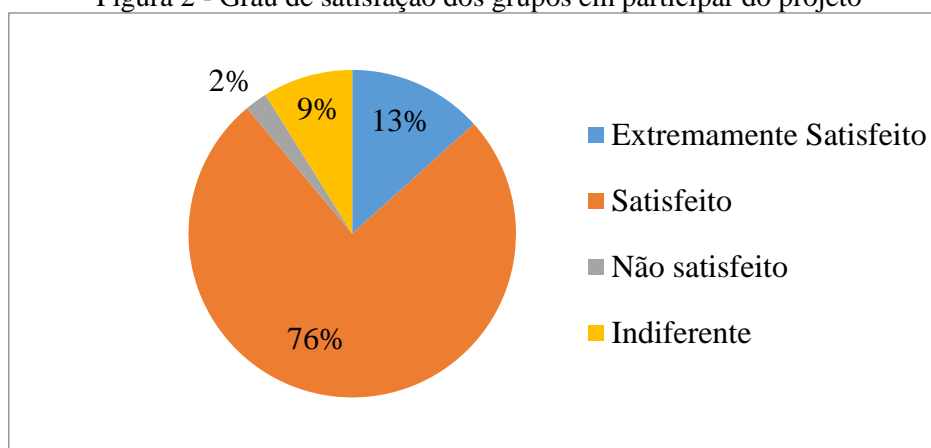
Além de gerar de trabalho e renda, a economia solidária busca se difundir com uma força cada vez maior de inclusão social, com o resgate da dignidade humana, do autorespeito e da cidadania. Singer (2003) destaca que esta força já justifica todo esforço investido na economia solidária.

Esta pesquisa visou identificar a presença desta força através de três questões relacionadas à auto percepção dos grupos quanto à importância do Projeto Esperança e Cooesperança na vida de suas famílias. A primeira pergunta refere-se ao grau de satisfação em participar do projeto. Os resultados da Figura 2 mostram que dos 45 grupos entrevistados, 89% dos associados estão satisfeitos em estar participando do projeto (13% extremamente satisfeitos e 76% satisfeitos). Apenas um grupo considerou-se como insatisfeito (2%) e os demais se consideraram indiferentes (13%).

As outras duas perguntas referem-se à reflexão das condições econômicas e sociais da própria vida em relação ao passado, antes de ingressar no Projeto, e a expectativa com relação ao futuro. Os resultados da Tabela 4 mostram que 39 grupos, 87%, consideram que as condições de vida da família melhoraram após a participação no Projeto. Além disso, 82% dos grupos se sentem otimistas em relação ao futuro.

Diante desta perspectiva positiva manifestada pelos grupos associados, observa-se que a economia solidária desenvolvida no Projeto Esperança/Cooesperança é capaz de gerar algo além do trabalho e renda, proporcionando otimismo e satisfação oriunda do trabalho social organizado. Estes resultados são os alicerces para a construção da dignidade advinda da valorização do trabalho coletivo, da cidadania e da inclusão social, produzindo em cooperação, e de maneira sustentável, a sustentabilidade ambiental, não vinculando-se apenas aos empreendimentos rurais, mas também aos artesanais urbanos, em que a maior parte deles aproveitam materiais recicláveis em seus processos produtivos.

Figura 2 - Grau de satisfação dos grupos em participar do projeto



Fonte: dados coletados através de questionários aplicados em 2015

Tabela 4 – Percepção dos grupos quanto às condições de vida e otimismo

	Melhora nas condições de vida em relação ao passado	%	Otimismo em relação ao futuro	%
Sim	39	87%	37	82%
Não	1	2%	4	9%
Indiferente	5	11%	4	9%
Total	45	100%	45	100%

Fonte: dados coletados através de questionários aplicados em 2015

5. CONCLUSÃO

A ideia de economia solidária no mundo é antiga, e foi desenvolvida no Brasil de forma mais incisiva em um período recente, estando vinculada às crises de emprego, a exemplo do que ocorrera nos anos de 1980, incorporando paulatinamente novos elementos em sua configuração tradicional, tais como a questão ambiental. Sua importância advém de sua potencialidade na geração de trabalho e renda, inclusão social, resgate da dignidade humana, por ser também contestatória, e não uma experiência fechada em torno dela própria, pois vem promovendo movimentos mais amplos dos Fóruns de economia solidária, nacional, estadual e internacional, lutas que permitiram a institucionalização da economia solidária no Brasil. Não se trata de uma solução para dar conta das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, mas é uma reação que permite a minimização de efeitos macroeconômicos, mormente os de cunho conjuntural.

Neste estudo, buscou-se descrever e apresentar os resultados de algumas variáveis da experiência de economia solidária desenvolvida em um projeto consolidado: o Projeto Esperança/Coesperança, realizado em Santa Maria – RS; bem como analisar sua contribuição para a renda, produção, grau de satisfação, qualidade de vida e otimismo em relação ao futuro dos participantes organizados nos grupos de produção, que realizam as vendas na Feira de Economia Solidária.

Verificou-se que a Feira de Economia Solidária, com o objetivo de promover a interação direta entre produtor e comprador, é facilitadora do acesso aos produtos orgânicos de qualidade produzidos por meio da agricultura familiar dos grupos vinculados e orientados pelo Projeto e também aos demais produtos coloniais, e artesanato local, em material reciclado e indígena.

As análises dos resultados da pesquisa mostraram que a economia solidária, além de representar uma alternativa de trabalho e renda, é, ao mesmo tempo, uma forma de inclusão daqueles que foram excluídos do mercado de trabalho formal. Observamos que 50% dos grupos obtiveram mais de R\$ 10.000,00 com as vendas em 2014 e que a maioria não depende apenas da Feira para comercializar os produtos, uma vez que, para a maioria, aproximadamente 20% da produção é destinada para as vendas no Terminal de Comercialização da Economia Solidária.

Ao longo desses 30 anos de história e trabalho em prol de formas de produção sustentáveis, autogestionárias e solidárias, o Projeto Esperança/Coesperança contribuiu para a melhoria na qualidade de vida da maior parte dos participantes do projeto. Os impactos positivos que a economia solidária proporcionou na vida das famílias associadas podem ser percebidos pelo grau de satisfação em relação ao projeto e pelo otimismo da maioria dos grupos. Todavia, trata-se de um estudo de caso com a particularidade de ter sido fomentado de diversas maneiras. Inicialmente com recursos externos, e ao longo de sua existência acompanhado e apoiado por um pequeno grupo de lideranças que estão presentes em sua luta diária de fortalecimento. Nem todos os empreendimentos de economia solidária brasileiros têm a mesma capacidade de consolidação. São necessários vários estudos de caso para compreender a diversidade existente nessas iniciativas.

Enviado em 17 de maio de 2017

Aceito em 13 de agosto de 2017

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA. **Projeto Esperança/Coesperança: uma experiência aprendente e ensinante. 25 anos construindo cooperação, economia solidária e cidadania.** Santa Maria: Editora Pallotti, 2012.

ARRUDA, M. **Tornar real o possível.** A formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional.** 4ª ed. (ampliada), Campinas: Ed. UNICAMP, 1995. Disponível em: <<http://centrocelsofurtado.org.br/congresso2014/arquivos/file/Artigo%20Wilson%20Cano.pdf>>. Acesso em: 18 de set. 2014

CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CRUZ, Z. G. da; Santos, M. L. dos. **Economia Solidária: potencialidades e desafios dos empreendimentos solidários em Londrina.** Disponível em: <http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd_artigos/arquivos/010614151106.pdf>. Acesso em: 27 de nov. 2014

Entrevista – **Economia solidária se aproxima das origens do socialismo, diz Paul Singer.** Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/missionario-da-economia-solidaria-paul-singer-a-compara-ao-socialismo-4852.html>>.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____; BIGGS, S. **Evolving themes in rural development: 1950s-2000s.** Development Policy Review, Londres, 19 (4), p. 437- 448, 2001 Apud SCHNEIDER

FIDA. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Disponível em: <http://www.ifad.org/operations/projects/regions/PL/factsheet/brazil_p.pdf>. Acesso em: 08 de fev. 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. V Plenária Nacional de Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. **Relatório Final.** Santa Maria: Editora Pallotti, 2013.

IV Plenária Nacional de Economia Solidária. **Relatório final.** Junho de 2006. In: <http://fbes.org.br/2006/10/20/iv-plenaria-nacional-de-es/>. Acesso em 10 de fev. de 2015.

GAIGER, L. I. Sentido e possibilidades da Economia Solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. et al. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a Utopia.** Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000.

GERMER, Claus. **A economia solidária: uma crítica com base em Marx.** Artigo. 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m2c5.PDF>>. Acesso em: 01 abr. 2015

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRADE, Marlene. **Economia Solidária: superação do modo de produção?** Artigo. 2008. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/ECONOMIA%20SOLID%C3%81RIA%20SUPERA%C3%87%C3%83O%20DO%20MODO%20DE%20PRODU%C3%87%C3%83O%20CAPITALIS%E2%80%A6.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2015

MARX, K. **O Capital**. Vs. 1, 2 e 3. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MDA – **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/a%C3%A7%C3%B5es-e-programas>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

MTE – **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/atlas-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

MTE. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.:Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/atlas-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

OLIVEIRA, M. C. dos S. B. de; ZANIN, M. Economia Solidária: uma temática em evolução nas dissertações e teses brasileiras. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade**, v 2, n 1, p 181-193 jan/jul, 2011.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2014**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/018/i3107e/i3107e00.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Informe sobre el trabajo en el mundo 2014**. El desarrollo a través del empleo. In: Disponível em: <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/world-of-work/2014/lang--es/index.htm> . Acesso em: 14 out. 2014.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf. Acesso em: 23 fev. 2015.

SARRIA ICAZA, A. M.; FREITAS, M. R. de (Org.). **O Projeto Esperança/Coesperança e a construção da economia solidária no Brasil**: relato de uma experiência. Cáritas Brasileira. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2006.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, v. 4, n. 1, 2010.

SEN, AMARTYA. **Desigualdade reexaminada**. Trad. de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Record, 2008

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENAES. **Política Nacional de Economia Solidária** – V. 3, Termo de Referência.

SINGER, P. Economia solidária: possibilidades e desafios. **Revista Proposta**: trabalho e desenvolvimento humano, ano 30, n. 88-89, p.15-23, mar./ago., 2003a.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: _____; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003b.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V. Economia Solidária no Plano Brasil Sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema. **Mercado de Trabalho**, v. 54, fev. 2013.

SOUZA, A. Ricardo et al. **Uma outra economia e possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003. 320p.

TÉVOÉDJRÈ, A. **A pobreza, riqueza dos povos**: a transformação pela solidariedade. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

WAQUIL, Paulo D.; MATTOS, Ely J. **Pobreza rural no Rio Grande do Sul**: comparando abordagens. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m03t04.pdf>>. Acesso em: 08 de fev. de 2015.

